



TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS, DEBATES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL NO TURISMO

Cintia Beatriz Korte Mentz¹

Dilani Silveira Bassan²

Resumo:

O artigo investiga a relação entre o turismo e as políticas públicas, com o objetivo de analisar a importância de indicadores que possam auxiliar na reformulação e estruturação dessas políticas. Propõe-se uma análise sobre a necessidade de indicadores que transcendam os aspectos meramente econômicos, considerando os "fardos invisíveis" do turismo, como os custos não contabilizados que afetam a infraestrutura e o meio ambiente nos destinos turísticos. Baseado em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, o estudo ressalta a relevância de reformular as políticas de turismo por meio da incorporação de indicadores que mensurem de forma integrada os impactos sociais, ambientais e econômicos. O artigo também discute iniciativas globais que priorizam a sustentabilidade, como as propostas da OCDE e da UN Turismo, que defendem um modelo de turismo mais inclusivo e resiliente. Conclui-se que políticas públicas eficazes, estruturadas a partir de novos indicadores, são fundamentais para garantir que o turismo promova o desenvolvimento humano e sustentável, assegurando benefícios amplamente distribuídos entre turistas, trabalhadores e comunidades locais, preservando os recursos naturais e a qualidade de vida.

Palavras-chave: políticas públicas, desenvolvimento humano, fardos invisíveis, turismo, indicadores.

1. Introdução

Historicamente o fenômeno de desenvolvimento econômico foi fundamentalmente vinculado a questão econômica e visto como sinônimo de crescimento. A partir da década de 1960, a crescente insatisfação com a quantidade e qualidade das informações sociais disponíveis para os tomadores de decisão gerou “movimento dos indicadores sociais” (Noll, 2004, p. 1 tradução nossa). Os indicadores sociais são considerados como instrumentos para observação e análise da mudança social, bem como podem ser compreendidos como um conjunto de informações para uma autorreflexão contínua.

As políticas públicas são formas de assegurar que a sociedade tenha seus direitos garantidos, através da ação do Estado. Nesse contexto relaciona-se as políticas de desenvolvimento do turismo e as políticas públicas, tendo este artigo como objetivo realizar reflexões acerca desta temática. A justificativa para abordagem deste tema está centrada na necessidade de articulação de políticas públicas de turismo que tenham como foco o desenvolvimento sob o viés humano.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional, FACCAT, cintiamentz@sou.faccat.br

² Doutora em Desenvolvimento Regional, FACCAT, dilanib@faccat.br

O problema de pesquisa que orienta este estudo se propõe a investigar: Quais os fatores atrelados às políticas públicas que favorecem o desenvolvimento harmonioso entre turismo e desenvolvimento humano? Por meio deste questionamento, o objetivo principal da proposta é analisar a importância de indicadores que possam auxiliar na reformulação e estruturação de políticas públicas de turismo. O que pode auxiliar a uma melhor compreensão e clareza quanto a reflexão de melhorias nas políticas públicas, que apostem na utilização de indicadores multidimensionais e ou para além de uma abordagem meramente econômica, como discutimos no artigo.

A pesquisa tem característica qualitativa e com procedimentos técnicos bibliográficos. A mesma está organizada em 4 seções, além desta introdução. A segunda seção trata do turismo e os indicadores e suas complexidades, na sequência o tema central que norteia o estudo que são políticas públicas e turismo. Logo em seguida apoiando-se no conceito de fardos invisíveis, sendo estes identificados como externalidades por (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019) tratamos da transição para o futuro, em que indicadores e novas abordagens podem contribuir para comunidades mais sustentáveis, resilientes e equitativas.

Ao final, trazemos as conclusões sobre os temas abordados ao longo do artigo, reunindo os pontos debatidos e destacando a relevância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, bem como de indicadores que contribuem para com políticas públicas que promovam o desenvolvimento humano nas comunidades.

2. Turismo, mensurações e indicadores

Após a superação da recente pandemia global da COVID-19, continuamos a enfrentar uma série de desafios interconectadas, “a nossa era é uma era de crises” como destacam (Rastegar; Higgins-Desbiolles; Ruhanen, 2023 tradução nossa). Estes autores nos instigam a refletir em como podemos construir caminhos para a “transição do turismo”, enquanto lidamos com as crises e tensões atuais, e buscamos o equilíbrio das necessidades humanas e ecológicas em espaços turísticos.

No ano de 2024, o tema central das Tendências e Políticas de Turismo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) tem por base o desenvolvimento turístico equilibrado. O documento apresenta que alguns países estão dando prioridade a iniciativas que tem como questões em comum: aceitação e inclusão; biodiversidade; economia circular, sentimento da comunidade e dos visitantes; descarbonização dos transportes; digitalização; resiliência aos choques (desastres naturais e físicos); concentração turística; força de trabalho do turismo e comportamentos turísticos (OECD, 2024).

Nesta edição, a OECD aponta para as alterações climáticas, que em ritmo acelerado e com eventos extremos vem afetando o turismo provocando que destinos sofram perdas significativas em suas infraestruturas e economias. Há muito, é destacado a importância dos países e destinos desenvolverem visões sustentáveis e de longo prazo para o turismo com estratégias capazes de adaptarem-se a um ambiente dinâmico e complexo (OECD, 2024). Na medida em que a indústria cresce, o custo do gerenciamento e desenvolvimento das infraestruturas sustentáveis tende a pesar fortemente nos destinos, além de muitos ainda estarem amparados por políticas defasadas diante dos significativos desafios (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019).

Ao abordar a relevância de identificar e mensurar os fardos invisíveis do turismo, que são os custos não contabilizados para fornecer infraestrutura local e proteção de sistemas ecológicos e socioculturais para turistas e comunidade anfitriã, os autores afirmam que “o futuro do turismo dependerá da capacidade da indústria e do governo de medir e gerenciar com eficiência e eficácia o custo total de cada turista” (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019, p. 7 tradução nossa). O que conduz ao entendimento de que sem um sistema consistente para administrar o fardo invisível sobre as economias locais, a expansão do turismo pode continuar a degradar destinos.

Pesquisadores concluíram que é possível identificar novas fontes e estruturar dados para apoiar políticas públicas baseadas em evidências. No entanto, identificar e operacionalizar indicadores para medir o progresso do turismo, seus benefícios e dificuldades continua a ser um desafio. “Atualmente não existe um conjunto de indicadores acordados internacionalmente para apoiar o desenvolvimento do turismo equilibrado e sustentável” (OECD, 2024, p. 74 tradução nossa) Para que os indicadores e dados sejam úteis e relevantes, é essencial considerá-los no contexto específico do destino, levando em conta suas necessidades particulares. Compreender as capacidades locais e estabelecer limites críticos se torna cada vez mais necessário para gerenciar os efeitos do turismo nas infraestruturas, no meio ambiente e na comunidade anfitriã. A OECD descreve as iniciativas de inúmeros países, entretanto, aponta ser necessário mais empenho para que efeitos sociais e ambientais, bem como externalidades econômicas negativas possam ser avaliadas (OECD, 2024).

Fato importante a ser destacado é sobre inconsistências que podem ocorrer em operações censitárias em qualquer território (Agência Brasil, 2024). Alguns estudos de destinos turísticos tem como base o PIB, porém este indicador não é considerado uma medida eficaz para mensurar o desenvolvimento, visto que negligencia aspectos sociais e ambientais como abordado por (Paul; Adoji, 2022) e (Gajdosova, 2023). O Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH,

também são aplicados em investigações de destinos turísticos, sendo este também alvo de críticas por diversos autores como (Zehba; Firoz, 2024), (Morse, 2023), (Alaimo; Seri, 2023) e (Pawliczek; Kurowska-Pysz; Smilnak, 2022).

Portanto, compreender o contexto local e as comunidades é essencial, (Aguinis *et al.*, 2023) e enfatizam sobre a colaboração entre pesquisadores e formuladores de políticas, sendo que apontam para a importância destes formuladores ampararem-se em pesquisas e evidências.

3. Políticas Públicas e Turismo

A relação do turismo com políticas públicas e governança é bidirecional e complexa como afirma (Butler; Suntikul, 2019), e aponta que o turismo promove mudanças no ambiente político, entretanto também responde a este e é modificado por fatores políticos. As políticas de turismo exercem um papel fundamental e multifacetado nos destinos, tendo um impacto direto sobre este, entretanto mais profundos são os efeitos indiretos destas políticas, que segundo (Ke, 2024) promover o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do destino aos ganhos de curto e longo prazo e ao desenvolvimento.

Conforme (Secchi, 2020, p. 12) “Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como por exemplo leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais...”). Para (Beni, 2019), a política do turismo deve ser orientada por três condicionamentos: o cultural, o econômico e o social, tendo como base as instituições públicas através de seus planos e programas, que tem como missão determinar prioridades, promover incentivos e administrar recursos, formatar as diretrizes e regulamentações e apoiar o setor. Sendo que, o papel da política de turismo pode variar assim como sua abrangência, tendo a possibilidade de adequar-se as necessidades e prioridades de cada local (Henz; Lamare; Anjos, 2010).

As políticas de turismo implementadas no Brasil, são alvo de análise por parte de especialistas e acadêmicos, (Vilela; Costa, 2020) ao avaliarem 20 anos de planejamento para o turismo Brasileiro de 2003 a 2022, nas categorias: diagnóstico, objetivos, conjunto de intervenções, continuidade e inovação. Ficou evidenciado que os planos guardam espaço para melhorias, principalmente no que se refere às etapas iniciais, que são chaves para a definição dos objetivos, das metas e do conjunto de intervenções.

As políticas de desenvolvimento do turismo precisam ser repensadas, devendo haver uma “ruptura paradigmática” como concluem (Tasso; Moesch; Nóbrega, 2021) após uma pesquisa exploratória nas políticas públicas brasileiras. Defendem que estas deveriam ter sua finalidade vinculada ao desenvolvimento humano e sustentável. Este entendimento vai de encontro à

necessidade identificada de analisar como as políticas públicas apoiadas por inovações e indicadores sociais podem contribuir para um desenvolvimento equilibrado entre turismo e desenvolvimento humano.

A nível internacional, muitos países vêm atualizando e desenvolvendo estratégias em um contexto pós pandemia, com novas abordagens e prioridades buscando a adaptação a um ambiente cada vez mais dinâmico. Embora as evidências mostrem que a maioria das estratégias continuam a incluir metas para aumentar o número de visitantes, fica clara a busca por resultados mais sustentáveis com um grau reduzido de externalidades negativas e maiores benefícios para os destinos e comunidades locais (OECD, 2024).

O trabalho publicado pelo Comitê de Turismo da OECD de 2024 reúne as estratégias adotadas por vários países descrevendo ações e planos que incorporam em seus objetivos políticas e programas que visam desde implementações de ações de proteção climática, foco no equilíbrio dos fluxos turísticos, planos colaborativos de gestão, modernização dos quadros jurídicos, institucionais e operacionais, valorização do desenvolvimento regional, entre outras inúmeras propostas.

Sendo assim, as tendências descritas pela OECD destacam a necessidade de um turismo mais sustentável e resiliente, com abordagens prospectivas para enfrentar choques e desafios futuros. Os decisores políticos devem considerar respostas ágeis e flexíveis, priorizando inclusão, envolvimento comunitário, desenvolvimento regional, governança eficaz e ações coordenadas, refletindo a crescente conscientização sobre os benefícios sociais do turismo (OECD, 2024).

4. Transição para o futuro: possibilidades de equilíbrio entre turismo e desenvolvimento humano

A transição para estratégias de turismo sustentável revelou a necessidade de dados que vão além dos aspectos econômicos, exigindo novas métricas para avaliar a eficácia de modelos mais resilientes e inclusivos. O foco está agora na definição de metas, indicadores e objetivos específicos, integrados a políticas e planos. Essa mudança intensifica a demanda por uma monitorização mais precisa das políticas de turismo e por fontes alternativas de dados para medir resultados e efeitos (OECD, 2024).

A necessidade de medir o desempenho e usar os dados para o aperfeiçoamento contínuo e eliminar potenciais fatores de risco aos destinos é defendido também por (Trubač; Paculík; Ághová, 2023), que considera a mensuração detalhada do setor eficaz como uma “força motriz”. O futuro do turismo está atrelado a capacidade da indústria e dos governos em como mensurar e gerenciar os fardos invisíveis do turismo, como defende (Epler Wood; Milstein;

Ahamed-Broadhurst, 2019), ou seja na compreensão real do custo total de cada turista para os destinos. Os autores chamam atenção para o desafio do setor, sobre encontrar uma melhor forma de “contabilizar as externalidades operacionais causadas pela carga invisível” (página 12 tradução nossa), enfatizam sobre a necessidade de buscar alternativas que capacitem as localidades de mensurar e gerenciar os custos das operações do turismo.

Ao destacarem os motivos dos fardos invisíveis nos destinos identificam que os custos incluem a expansão e atualização de infraestrutura para acomodar o crescimento do turismo, a transição para uma infraestrutura mais sustentável, altos impostos direcionados a metas de crescimento baseados em contabilidade não integrada e incentivos fiscais fundamentados em análises falhas de receitas. Os autores trazem à perspectiva que, embora a nível global muitos governos enalteçam o crescimento anual de taxas de turistas, há pouca revisão dos fatores que colocam os destinos em risco de forma aprofundada. Além de deixarem claro que “previsão e análise de cenários são ferramentas essências para estimar riscos e fazer políticas que protejam destinos vulneráveis” (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019, p. 23 tradução nossa).

O relatório *Invisible Burden*, deixa claro sobre a importância da tomada de consciência sobre os riscos complexos e externalidades nos destinos turísticos, nos quais políticas públicas e avaliações e indicadores devem ser implementados a fim de proteger comunidades e preservar o patrimônio dos destinos. (Secchi, 2020, p. 47) postula que “os indicadores são usados para simplificar, objetivar e, se possível, mensurar o potencial desempenho de alguma alternativa de política pública” e explica que os indicadores são as operacionalizações de valores ou princípios que estão presentes em uma sociedade.

Tendo como objetivo um setor de turismo mais inclusivo em que os benefícios sejam partilhados, a OECD propõe a melhora do planejamento, da compreensão e gestão dos compromissos envolvidos, e complementa que acessibilidade e inclusão passaram a ser prioridade para os países que se propõem a promover um turismo que traga benefícios para os turistas, trabalhadores e para as comunidades (OECD, 2024).

Ao mesmo tempo que se fazem claros e amparados por pesquisas robustas, relatórios como o da OECD e o denominado *Invisible Burden*, trazem que o papel do turismo no desenvolvimento da sociedade parece ainda não ter sido aprofundado como traz (Fazito *et al.*, 2017), o que é sustentado pelas conclusões de (Tasso; Moesch; Nóbrega, 2021) que defendem de que o “propósito supremo do Turismo deveria estar direcionado não a uma base restringida ao progresso econômico do destino, mas muito mais que isso. A finalidade suprema (“premissa”) deve estar atrelada a um processo de desenvolvimento humano e sustentável”. De forma consistente (Berbekova; Uysal; George Assaf, 2024) apresentam várias conclusões sobre a

integração da qualidade de vida no desenvolvimento de políticas públicas de turismo, defendem abordagens integradas e ponderam que as atividades turísticas podem influenciar o bem-estar das comunidades.

A ONU Turismo (antiga OMT – Organização Mundial do Turismo), a principal organização internacional no setor de turismo, em março de 2024 lançou a publicação *Statistical Framework for Measuring Sustainable Tourism (SF-MST)*, que propõem a avaliação da sustentabilidade por meio de uma série de capitais – econômicos, humanos, sociais e naturais além dos fluxos de rendas e benefícios relacionados, adotando a abordagem *Beyond GDP*, e reconhecendo que medidas econômicas, como o PIB (Produto Interno Bruto) não mensuram dimensões importantes do bem-estar das pessoas, (Dwyer, 2024). Com base no relatório, Dwyer reconhece a contribuição do documento, entretanto o identifique como “insatisfatório em vários aspectos”, apontando preocupações acerca da negligência dos resultados de bem-estar do desenvolvimento do turismo.

A ausência do bem-estar na lista de indicadores deste relatório “é curiosa”, como observa (Dwyer, 2024). Outras propostas para avaliar indicadores de sustentabilidade de destinos turísticos também não incorporam o bem-estar em suas análises como (Blancas; Contreras; Lozano-Oyola, 2023) e (De Marchi; Becarelli; Di Sarli, 2022).

A análise de 10 países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) revela que o desenvolvimento humano, ao melhorar saúde, educação e habilidades individuais, pode fortalecer a competitividade do turismo (Croes; Ridderstaat; Shapoval, 2020). Os autores sugerem que metas de desenvolvimento humano sejam integradas às estratégias de turismo e destacam a importância de medir o impacto do turismo no desenvolvimento humano. Na mesma direção (Ke, 2024), conclui em seus estudos que “uma política de turismo científica, abrangente e inovadora é essencial para aumentar a competitividade dos destinos turísticos”.

5. Conclusão

Podemos concluir que políticas públicas renovadas são fundamentais para o equilíbrio nos destinos turísticos, bem como, que os indicadores são instrumentos essenciais para a reformulação e estruturação de estratégias que possam dar suporte ao desenvolvimento do turismo em um mundo dinâmico e com inúmeros desafios sociais e ambientais.

Essas políticas devem ser sensíveis às particularidades de cada localidade, assegurando que o desenvolvimento turístico não seja focado apenas nos benefícios econômicos imediatos, mas também considere cuidadosamente as dimensões ambiental e social. É crucial que as

necessidades dos indivíduos que integram essas comunidades recebam atenção especial, garantindo que o turismo contribua para o bem-estar social, sem comprometer o meio ambiente ou a coesão social local.

Assim, as políticas públicas devem buscar equilíbrio, promover o turismo de forma que seus benefícios sejam amplos e duradouros, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a preservação dos recursos e qualidade de vida das populações e das futuras gerações.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. IBGE estima percentual de inconsistências dos dados do Censo 2022. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/ibge-estima-percentual-de-inconsistencias-dos-dados-do-censo-2022>. Acesso em: 16 set. 2024.

AGUINIS, Herman et al. The why, how, and what of public policy implications of tourism and hospitality research. *Tourism Management*, [s. l.], v. 97, p. 104720, 2023.

ALAIMO, L.S.; SERI, E. Measuring human development by means of composite indicators: open issues and new methodological tools. *Quality and Quantity*, [s. l.], 2023.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. [s. l.]: Senac, 2019.

BERBEKOVA, Adiyukh; UYSAL, Muzaffer; GEORGE ASSAF, A. Quality of Life and Public Policy Development for Tourism Destinations. *Cornell Hospitality Quarterly*, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 34–43, 2024.

BLANCAS, Francisco Javier; CONTRERAS, Ignacio; LOZANO-OYOLA, Macarena. Evaluating destinations' efforts to improve sustainability in tourism using the inter-temporal decomposition of a composite indicator. *Environmental Impact Assessment Review*, [s. l.], v. 98, p. 106947, 2023.

BUTLER, Richard; SUNITKUL, Wantanee. Political Impacts of tourism. In: THE ROUTLEDGE HANDBOOK OF TOURISM IMPACTS THEORETICAL AND APPLIED PERSPECTIVES. 1st. ed. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019. p. 554. Disponível em:
<https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781351025102/routledge-handbook-tourism-impacts-dogan-gursoy-robin-nunkoo?refId=6e3d9f12-94ce-4c48-85a4-49ffb56fb865&context=ubx>. Acesso em: 9 set. 2024.

CROES, Robertico; RIDDERSTAAT, Jorge; SHAPOVAL, Valeriya. Extending tourism competitiveness to human development. *Annals of Tourism Research*, [s. l.], v. 80, p. 102825, 2020.

DE MARCHI, Damiano; BECARELLI, Rudy; DI SARLI, Leonardo. Tourism Sustainability Index: Measuring Tourism Sustainability Based on the ETIS Toolkit, by Exploring Tourist Satisfaction via Sentiment Analysis. *Sustainability*, [s. l.], v. 14, n. 13, p. 8049, 2022.

DWYER, Larry. Measuring the Sustainability of Tourism (SF-MST): New Wine in an Old Bottle?. *Sustainability*, [s. l.], v. 16, n. 14, p. 5867, 2024.

EPLER WOOD, Megan; MILSTEIN, Mark; AHAMED-BROADHURST, Kathleen. Destinations at Risk: The Invisible Burden of Tourism. [s. l.], 2019.

FAZITO, Mozart et al. O papel do turismo no desenvolvimento humano (Paper 372). *Papers do NAEA*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11075>. Acesso em: 5 jul. 2024.

GAJDOSOVA, Katarina. Role of GDP in the Sustainable Growth Era. *SocioEconomic Challenges*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 94–112, 2023.

HENZ, Aline; LAMARE, Fabiana; ANJOS, Francisco. Refletindo as políticas públicas para o turismo: uma retrospectiva desde a década de 60. [S. l.: s. n.], 2010.

KE, Weichen. The Impact of Tourism Policies on the Competitiveness of Tourist Destinations. *Economics, Law and Policy*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. p126, 2024.

MORSE, S. Quality of Life, Well-Being and the Human Development Index: A Media Narrative for the Developed World?. *Social Indicators Research*, [s. l.], v. 170, n. 3, p. 1035–1058, 2023.

NOLL, Heinz-Herbert. Social Indicators and Quality of Life Research: Background, Achievements and Current Trends. In: GENOV, Nikolai (org.). *Advances in Sociological Knowledge*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. p. 151–181. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-663-09215-5_7. Acesso em: 16 set. 2024.

OECD. *OECD Tourism Trends and Policies 2024*. Paris: OECD, 2024. (OECD Tourism Trends and Policies). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/oecd-tourism-trends-and-policies-2024_80885d8b-en. Acesso em: 10 set. 2024.

PAUL, Salisu Ojonemi; ADOJI, Victor Alewo. GDP as Development Indicator and the Challenges of Actualising SDG 8: Inclusive and Sustainable Economic Growth. *Journal of International Cooperation and Development*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 62, 2022.

PAWLICZEK, A.; KUROWSKA-PYSZ, J.; SMILNAK, R. Relation between Globe Latitude and the Quality of Life: Insights for Public Policy Management. *Sustainability (Switzerland)*, [s. l.], v. 14, n. 3, 2022.

RASTEGAR, Raymond; HIGGINS-DESBOLLES, Freya; RUHANEN, Lisa. Tourism, global crises and justice: rethinking, redefining and reorienting tourism futures. *Journal of Sustainable Tourism*, [s. l.], v. 31, n. 12, p. 2613–2627, 2023.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas. [S. l.]: Cengage Learning, 2020.

TASSO, João Paulo Faria; MOESCH, Marutschka Martini; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 2141–2141, 2021.

TRUBAČ, Dominik; PACULÍK, Dávid; ÁGHOVÁ, Katarína. Performance Indicators in the Tourism Sector: Comparative Analysis of the Visegrad Group. International Conference on Tourism Research, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 367–376, 2023.

VILELA, Grazielle Júnia Pereira; COSTA, Helena Araujo. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). Revista Turismo em Análise, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 115–132, 2020.

ZEHBA, F.M.P.; FIROZ, M.C. Assessing regional quality of life with an integrated framework: An application to district of Kozhikode in the state of Kerala (India), 2011. Regional Statistics, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 159–193, 2024.